

Human Rights olha de novo para o Brasil

Atraída pela importância do país no cenário internacional, ONG abre escritório em São Paulo

Helena Celestino

helenac@oglobo.com.br

• A poderosa Human Rights Watch está se preparando para abrir um escritório no Brasil, provavelmente em São Paulo. Para quem não está ligando o nome à pessoa, trata-se de uma ONG com rede de correspondentes e capacidade de apurar informações comparável à da rede inglesa BBC. O foco são os direitos humanos, e isso significa estar nos lugares em que o mundo pega fogo. Algumas vezes, consegue chegar onde nem os jornalistas entram. Na fechadíssima Síria, já infiltrou militantes, mas precisou recuar. Agora, é na fronteira que entrevista os refugiados para contar ao mundo a catástrofe humanitária patrocinada pelo longo ditador Bashar al-Assad.

Na era Bush, a HRW manteve o governo sob pressão perma-

nente com denúncias de tortura e desrespeito aos direitos humanos. Mas também não poupou o democrata Barack Obama, quando o governo americano deu licença a agentes da CIA para matar o clérigo radical Anwar al-Awlaki no Iêmen. No Brasil, esteve nos anos 90, uma época, para a organização, marcada pelo massacre do Carandiru.

Agora, articula uma volta. Os principais executivos da Human Rights Watch já estiveram em Brasília, na semana passada, onde os diplomatas deram-lhes “cautelosas boas-vindas”. No Rio tiveram uma recepção mais calorosa de possíveis financiadores, reunidos num jantar numa espetacular cobertura duplex da Vieira Souto, durante um fim de semana movimentado também pelo Rock in Rio.

O que eles vêm fazer numa hora dessas no Brasil?

— Acho que chegou o mo-

mento de tratar o Brasil como um dos grandes da política internacional. Trabalharemos aqui exatamente da mesma maneira que nos Estados Unidos — diz José Miguel Vivanco, diretor-executivo da ONG.

Curiosidade sobre viagens do governo Lula à Síria

Ao contrário do que suspeitaram autoridades de Brasília, a ONG não olha o Brasil como uma república de bananas em que precisam atuar para denunciar violações de direitos humanos. É exatamente pelo que deu certo no país que a Human Rights está de regresso. Vem atraída pela influência brasileira no cenário mundial e interessada em desvendar os bastidores das decisões — nem sempre claras e coerentes — tomadas pelo governo na política externa.

— Queremos saber como o Brasil faz suas escolhas na po-

lítica externa. Queremos apoiar, criticar ou influenciar essas decisões — diz Vivanco.

Mas este olhar atento sobre o comportamento brasileiro nas negociações diplomáticas pode doer tanto quanto ter as violações de direitos humanos expostas ao mundo.

— A vontade brasileira de criar uma terceira via na diplomacia fez o país se abster de novo a condenar a Síria na ONU e demorar muito até apoiar os rebeldes na Líbia. Por quê? Por que o ex-chanceler brasileiro Celso Amorim esteve seis vezes na Síria, durante o governo Lula? Que interesse existia por trás dessas visitas? — pergunta um executivo da ONG que prefere não criar uma briga antes de chegar aqui.

O escritório da Human Rights no Brasil será o primeiro na América Latina, mas o último

montado nos países emergentes — já está em Índia, África do Sul e China. A organização possui cerca de 300 profissionais e uma rede de voluntários espalhados pelo mundo desenvolvido e por países que estão em conflitos ou assinaram há pouco acordos de paz. Pelo estatuto, são proibidos de receber financiamentos de governos ou agências do tipo Banco Mundial. Sustentam-se com doações de pessoas físicas ou jurídicas, um hábito não muito difundido no Brasil. Os executivos acham que o orgulho de ver seu país sendo tratado como um dos grandes do mundo pode levar os brasileiros a abrir a carteira.

— Temos a intenção e a esperança de conseguir uma base de apoio para financiar nossa operação no Brasil, replicando o mesmo modelo que temos em Tóquio e Beirute — diz Vivanco. ■